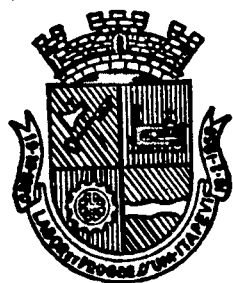


CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI



ESTADO DE SÃO PAULO

PROCESSO N.º 006/96

(13)

PROJETO N.º 006/96
DE LEI

INTERESSADO PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

ASSUNTO: DISPÕE SOBRE ALTERAÇÕES À LEI 1.193 DE 12 DE MAIO DE
1.994 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

" ITAPEVI - Cidade Esperança "
ESTADO DE SÃO PAULO

PROJETO DE LEI DE 1996 - nº 006/96

Dispõe sobre alterações à Lei nº 1.193, de 12 de maio de 1994 e dá outras providências

A COMISSÃO DE nº 01
Sala das sessões 13 02 1996
Presidente

JOÃO CARLOS CAMEZ, Prefeito do Município de Itapevi.

Faz saber que a Câmara Municipal de Itapevi aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

APROVADO em 1ª Discussão
Sala das sessões 13 02 1996
Presidente

Artigo 1º - Passa a ter a seguinte redação o "caput" do artigo 4º, da Lei nº 1.193, de 12 de maio de 1994, alterado pela Lei nº 1.230, de 30 de novembro de 1994:

APROVADO em 2ª Discussão
Sala das sessões 13 02 1996
Presidente

"Artigo 4º - Para obtenção do benefício o interessado deverá protocolar requerimento de inscrição no programa de incentivos até 31 de dezembro de 1996, endereçado ao CODESI - Conselho de Desenvolvimento de Itapevi, mencionando: "

Artigo 2º - Fica acrescentado ao Inciso II do, artigo 5º, da Lei nº 1.193, de 12 de maio de 1994, os parágrafos 1º e 2º, com as seguintes redações:

"Artigo 5º -

II

a -

b -

c -

§ 1º - Em se tratando de condomínio empresarial, a obtenção de auto de conclusão (habite-se) total, não poderá exceder o prazo de 48 (quarenta e oito) meses, observada a Tabela anexa à esta Lei.

§ 2º - Aplica-se o disposto no parágrafo anterior inclusive aos empreendimentos de implantação de condomínio empresarial já inscritos no Programa de Incentivos Fiscais.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

" ITAPEVI - Cidade Esperança "
ESTADO DE SÃO PAULO

Artigo 3º - A Tabela a que se referem as alíneas "b" , dos incisos I, II e III, bem como o § 1º do inc II, todos do artigo 5º da Lei nº 1.193, de 12 de maio de 1994, passa a vigorar como consta do Anexo único à esta Lei.

Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Itapevi, em 13 de fevereiro de 1996


JOÃO CARLOS CARAMÉZ
Prefeito Municipal



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

" ITAPEVI - Cidade Esperança "
ESTADO DE SÃO PAULO

ANEXO ÚNICO À LEI Nº

TABELA PARA CONCESSÃO DE INCENTIVO FISCAL

CONDIÇÃO PARA AQUISIÇÃO DO BENEFÍCIO FISCAL	PERÍODO DE DURAÇÃO DO BENEFÍCIO
1. NO CASO DO ARTIGO 5º, I	
a) efetiva instalação no prazo de 12 (doze) meses	10 anos
b) efetiva instalação no prazo de 24 (vinte e quatro) meses	06 anos
2. NO CASO DO ARTIGO 5º, II e § 1º e III	
a) obtenção do auto de conclusão (habite-se) total no prazo de 12 (doze) meses	10 anos
b) obtenção do auto de conclusão (habite-se) total no prazo de 48 (quarenta e oito) meses, em se tratando de condomínio empresarial	10 anos
c) obtenção do auto de conclusão (habite-se) total no prazo de 24 (vinte e quatro) meses	06 anos
d) obtenção do auto de conclusão (habite-se) parcial no prazo de 12 (doze) meses	06 anos
e) obtenção do auto de conclusão (habite-se) parcial no prazo de 24 (vinte e quatro) meses	03 anos



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

" ITAPEVI - Cidade Esperança "
ESTADO DE SÃO PAULO

MENSAGEM Nº 06/96

Itapevi, 13 de fevereiro de 1996

Senhor Presidente

Pelo presente encaminho, através de Vossa Excelência, Projeto de Lei que cuida de alterações a serem introduzidas na Lei nº 1.193, de 12 de maio de 1994, para apreciação dessa Egrégia Câmara de Vereadores.

A Lei nº 1.193/94 criou o programa de incentivos fiscais para atrair investimentos ao Município, nas áreas da indústria, comércio e prestação de serviços. A principal alteração que se pretende introduzir com a presente proposição é a de estender o prazo para os interessados beneficiarem-se dos dispositivos da Lei, até 31 de dezembro de 1996, além de incluir o benefício aos empreendimentos de condomínios imobiliários empresariais.

Tornaram-se necessárias tais alterações na referida Lei nº 1.193/94, após verificação pelo CODESI - Conselho de Desenvolvimento de Itapevi, de que ainda há inúmeras empresas interessadas em instalar-se em nosso Município, desde que possam gozar dos incentivos contidos na referida Lei, que à evidência, está proporcionará sensível aumento da arrecadação, sem contar com o expressivo aumento de empregos que já está gerando.

Por esses motivos, entendo que deva o presente Projeto de Lei receber o beneplácito dos dignos membros dessa Casa de Leis.

Tratando-se de assunto de grande interesse social, solicito que sua apreciação se faça em regime de urgência, nos termos da Lei Orgânica do Município.


JOÃO CARLOS CAMEZ
Prefeito Municipal

Excelentíssimo Senhor
JADIR FRANCISCO DE SOUZA
MD. Presidente da Câmara Municipal de
ITAPEVI - SP

RECEBEMOS
13 / 02 / 96


SECRETARIA



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - CIDADE ESPERANÇA"

RUA: BRASILIA DE ABREU ALVES, 200 - FONE: (011) 426-3651 - CEP 06650-000 - ITAPEVI - SÃO PAULO

PARECER CONJUNTO DAS COMISSÕES DE Nº 001 E 002

PROJETO DE LEI nº 006 /96

Senhor Presidente:-

Quanto a legalidade nada a opor.

Quanto ao mérito a propositura visa modificar a Lei 1193 de 12 maio de 1994, que criou o programa de incentivos fiscais para atrair investimentos ao Município. Como se observa trata-se de um Projeto de elevado interesse coletivo, devendo ser aprovado.
É o parecer.

Sala das Comissões 13 de fevereiro de 1.996

COMISSÃO Nº 01


VALTER FRANCISCO ANTONIO


JOÃO FERREIRA DO MONTE


NORMA LÚCIA R. DE SOUZA


ANTONIO DE SOUSA FARIAS


BENEDITO VAZ FERREIRA

COMISSÃO Nº 02


LAERTE CASAGRANDE


MARIA RUTH BANHOLZER


HERMOGENEZ J. SANT'ANNA


VITAL PONCIANO DOS REIS


JOSE FRANCISCO DE OLIVEIRA



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - CIDADE ESPERANÇA"

RUA: BRASILIA DE ABREU ALVES, 200 - FONE: (011) 426-3651 - CEP 06650-000 - ITAPEVI - SÃO PAULO

PARECER CONJUNTO DAS COMISSÕES DE Nº 001 E 002

PROJETO DE LEI nº 006 /96

Senhor Presidente:-

Quanto a legalidade nada a opor.

Quanto ao mérito a propositura visa modificar a Lei 1193 de 12 maio de 1994, que criou o programa de incentivos fiscais para atrair investimentos ao Município. Como se observa trata-se de um Projeto de elevado interesse coletivo, devendo ser aprovado.

É o parecer.

Sala das Comissões 13 de fevereiro de 1.996

COMISSÃO Nº 01


VALTER FRANCISCO ANTONIO


JOÃO FERREIRA DO MONTE


NORMA LÚCIA R. DE SOUZA


ANTONIO DE SOUSA FARIAS


BENEDITO VAZ FERREIRA

COMISSÃO Nº 02


LAERTE CASAGRANDE


MARIA RUTH BANHOLZER


HERMOGENEZ J. SANT'ANNA


VITAL PONCIANO DOS REIS


JOSE FRANCISCO DE OLIVEIRA



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - CIDADE ESPERANÇA"

RUA: BRASILIA DE ABREU ALVES, 200 - FONE: (011) 426-3651 - CEP 06650-000 - ITAPEVI - SÃO PAULO

AUTÓGRAFO Nº 06, de 14 de fevereiro de 1996

(Projeto de Lei nº 06/96 - do Executivo)

A Câmara Municipal de Itapevi, usando das atribuições que lhe são conferidas aprova a seguinte Lei:

"Dispõe sobre alterações à Lei nº 1.193, de 12 de maio de 1994 e dá outras providências"

Artigo 1º - Passa a ter a seguinte redação o "caput" do artigo 4º, da Lei nº 1.193, de 12 de maio de 1994, alterado pela Lei nº 1.230, de 30 de novembro de 1994:

"Artigo 4º - Para obtenção do benefício o interessado deverá protocolar requerimento de inscrição no programa de incentivos até 31 de dezembro de 1996, endereçado ao CODESI - Conselho de Desenvolvimento de Itapevi, mencionando: "

Artigo 2º - Fica acrescentado ao Inciso II do, artigo 5º, da Lei nº 1.193, de 12 de maio de 1994, os parágrafos 1º e 2º, com as seguintes redações:

"Artigo 5º -

II

a -

b -

c -

§ 1º - Em se tratando de condomínio empresarial, a obtenção de auto de conclusão (habite-se) total, não poderá exceder o prazo de 48 (quarenta e oito) meses, observada a Tabela anexa à esta Lei.



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - CIDADE ESPERANÇA"

RUA: BRASILIA DE ABREU ALVES, 200 - FONE: (011) 426-3651 - CEP 06650-000 - ITAPEVI - SÃO PAULO

§ 2º - Aplica-se o disposto no parágrafo anterior inclusive aos empreendimentos de implantação de condomínio empresarial já inscritos no Programa de Incentivos Fiscais.

Artigo 3º - A Tabela a que se referem as alíneas "b", dos incisos I, II e III, bem como o § 1º do inc II, todos do artigo 5º da Lei nº 1.193, de 12 de maio de 1994, passa a vigorar como consta do Anexo único à esta Lei.

Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores de Itapevi, em 14 de fevereiro de 1996.


JADIR FRANCISCO DE SOUZA
Presidente


JOSÉ FRANCISCO DE OLIVEIRA
2º Secretário em exercício



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - CIDADE ESPERANÇA"

RUA: BRASILIA DE ABREU ALVES, 200 - FONE: (011) 426-3651 - CEP 06650-000 - ITAPEVI - SÃO PAULO

ANEXO ÚNICO À LEI Nº

TABELA PARA CONCESSÃO DE INCENTIVO FISCAL

CONDIÇÃO PARA AQUISIÇÃO DO BENEFÍCIO FISCAL	PERÍODO DE DURAÇÃO DO BENEFÍCIO
1. NO CASO DO ARTIGO 5º, I	
a) efetiva instalação no prazo de 12 (doze) meses	10 anos
b) efetiva instalação no prazo de 24 (vinte e quatro) meses	06 anos
2. NO CASO DO ARTIGO 5º, II e § 1º e III	
a) obtenção do auto de conclusão (habite-se) total no prazo de 12 (doze) meses	10 anos
b) obtenção do auto de conclusão (habite-se) total no prazo de 48 (quarenta e oito) meses, em se tratando de condomínio empresarial	10 anos
c) obtenção do auto de conclusão (habite-se) total no prazo de 24 (vinte e quatro) meses	06 anos
d) obtenção do auto de conclusão (habite-se) parcial no prazo de 12 (doze) meses	06 anos
e) obtenção do auto de conclusão (habite-se) parcial no prazo de 24 (vinte e quatro) meses	03 anos



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

" ITAPEVI - Cidade Esperança "
ESTADO DE SÃO PAULO

Proc. 006/96
Proj. Lei 006/96

LEI Nº 1.301, de 15 de fevereiro de 1996

Dispõe sobre alterações à Lei nº 1.193, de 12 de maio de 1994 e dá outras providências

JOÃO CARLOS CAMEZ, Prefeito do Município de Itapevi.

Faz saber que a Câmara Municipal de Itapevi aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Artigo 1º - Passa a ter a seguinte redação o "caput" do artigo 4º, da Lei nº 1.193, de 12 de maio de 1994, alterado pela Lei nº 1.230, de 30 de novembro de 1994:

"Artigo 4º - Para obtenção do benefício o interessado deverá protocolar requerimento de inscrição no programa de Incentivos até 31 de dezembro de 1996, endereçado ao CODESI - Conselho de Desenvolvimento de Itapevi, mencionando: "

Artigo 2º - Fica acrescentado ao Inciso II do, artigo 5º, da Lei nº 1.193, de 12 de maio de 1994, os parágrafos 1º e 2º, com as seguintes redações:

"Artigo 5º -
II
a -
b -
c -

§ 1º - Em se tratando de condomínio empresarial, a obtenção de auto de conclusão (habite-se) total, não poderá exceder o prazo de 48 (quarenta e oito) meses, observada a Tabela anexa à esta Lei.

§ 2º - Aplica-se o disposto no parágrafo anterior inclusive aos empreendimentos de implantação de condomínio empresarial já inscritos no Programa de Incentivos Fiscais.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

" ITAPEVI - Cidade Esperança "
ESTADO DE SÃO PAULO

Artigo 3º - A Tabela a que se referem as alíneas "b" dos incisos I, II e III, bem como o § 1º do inc II, todos do artigo 5º da Lei nº 1.193, de 12 de maio de 1994, passa a vigorar como consta do Anexo único à esta Lei.

Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

fevereiro de 1996

Prefeitura do Município de Itapevi, em 15 de


JOÃO CARLOS CAMEZ
Prefeito Municipal

Publicada, por afixação, no lugar de costume e registrada em livro próprio, na Prefeitura do Município de Itapevi, em 15 de fevereiro de 1996.


ANTÔNIO FRANCISCO DE MELO
Secretário de Governo



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

" ITAPEVI - Cidade Esperança "
ESTADO DE SÃO PAULO

ANEXO ÚNICO À LEI Nº 1.301/96

TABELA PARA CONCESSÃO DE INCENTIVO FISCAL

CONDIÇÃO PARA AQUISIÇÃO DO BENEFÍCIO FISCAL	PERÍODO DE DURAÇÃO DO BENEFÍCIO
1. NO CASO DO ARTIGO 5º, I	
a) efetiva instalação no prazo de 12 (doze) meses	10 anos
b) efetiva instalação no prazo de 24 (vinte e quatro) meses	06 anos
2. NO CASO DO ARTIGO 5º, II e § 1º e III	
a) obtenção do auto de conclusão (habite-se) total no prazo de 12 (doze) meses	10 anos
b) obtenção do auto de conclusão (habite-se) total no prazo de 48 (quarenta e oito) meses, em se tratando de condomínio empresarial	10 anos
c) obtenção do auto de conclusão (habite-se) total no prazo de 24 (vinte e quatro) meses	06 anos
d) obtenção do auto de conclusão (habite-se) parcial no prazo de 12 (doze) meses	06 anos
e) obtenção do auto de conclusão (habite-se) parcial no prazo de 24 (vinte e quatro) meses	03 anos